



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181334 - CE (2021/0230537-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
SUSCITANTE : MARCOS DA SILVA PEREIRA (PRESO)
ADVOGADO : DAYVIS DE OLIVEIRA LOPES - CE014119
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL -
REGIME SEMIABERTO E FECHADO - DE FORTALEZA - CE
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA CRIMINAL DE CAMPO GRANDE -
SJ/MS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência com pedido de liminar suscitado por MARCOS DA SILVA PEREIRA, tendo como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL - REGIME SEMIABERTO E FECHADO - DE FORTALEZA (CE) e o JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA CRIMINAL DE CAMPO GRANDE - SJ/MS, no âmbito de execução penal com pedido de transferência de processo executivo.

Requer o deferimento da liminar para determinar a "imediata progressão de regime" (fl. 15) ao suscitante.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 21, inciso XIII, alínea "c", do Regimento Interno deste Tribunal, compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça decidir, "durante o recesso do Tribunal ou nas férias coletivas dos seus membros, os pedidos de liminar em mandado de segurança, podendo, ainda, determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão, e demais medidas que reclamem urgência". Portanto, a urgência que autoriza a atuação do plantão judicial no período de férias forenses decorre de situações excepcionais de grave ameaça de lesão a direito, circunstâncias não evidenciadas na espécie.

O suscitante não se atém nos autos à avocação da competência dos juízos suscitados e pede, na verdade, a progressão de regime, por meio do presente conflito de competência.

Entretanto, o conflito de competência não tem função de sucedâneo recursal, além de o pedido de liminar a ele atrelado exigir, de plano, a comprovação do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, ainda mais em pleito desta complexidade.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo suscitado, no prazo de 10 dias, nos termos do art. 197 do RISTJ.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência